

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA

JENNIFER EVELYN BATISTA DE SOUSA

IRENE CAMILA TOMAZ DA SILVA

LUCIANA MARIA SANTOS SILVA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E SÍNDROME DE DOWN: A
INCLUSÃO NO ENSINO ESCOLAR**

RECIFE/2023

JENNIFER EVELYN BATISTA DE SOUSA

IRENE CAMILA TOMAZ DA SILVA

LUCIANA MARIA SANTOS SILVA

EDUCAÇÃO FÍSICA E SÍNDROME DE DOWN: A INCLUSÃO NO ENSINO ESCOLAR

Projeto apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Educação Física.

Professor Orientador: Me. Juan Carlos Freire

RECIFE/2023

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

S719e Souza, Jennifer Evelyn Batista de.
Educação física e síndrome de down: a inclusão no ensino escolar/
Jennifer Evelyn Batista de Sousa; Irene Camila Tomaz da Silva; Luciana
Maria Santos Silva. - Recife: O Autor, 2023.
21 p.

Orientador(a): Me. Juan Carlos Freire.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Educação Física, 2023.

Inclui Referências.

1. Síndrome de down. 2. Inclusão. 3. Ensino. 4. Educação física
escolar. I. Silva, Irene Camila Tomaz da. II. Silva, Luciana Maria Santos.
III. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 796

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Síndrome de Down.....	9
2.2 Educação Inclusiva.....	10
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.. ..	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
AGRADECIMENTOS.....	27

EDUCAÇÃO FÍSICA E SÍNDROME DE DOWN : A INCLUSÃO NO ENSINO ESCOLAR.

Jennifer Evelyn Batista de Sousa

Irene Camila Tomaz da Silva

Luciana Maria Santos Silva

Juan Carlos Freire¹

Resumo: Este trabalho trata de um estudo qualitativo, em que realizamos uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de identificar temas afins. Tem como objetivo explorar o processo de inclusão escolar de crianças e adolescentes com Síndrome de Down, diante do preconceito e da falta de informação e de qualificação de profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dentro da escola, também como o professor de Educação Física pode ajudar no processo de inclusão e melhorias da capacidade motora e cognitiva, contornando limites e aumentando o desenvolvimento por meio de atividades físicas adaptadas. Os resultados evidenciaram que a educação física tem um papel fundamental para a inclusão de estudantes com Síndrome de Down, sendo necessária uma capacitação para que os educadores façam um planejamento visando a inclusão. O conhecimento produzido neste trabalho tem a intenção de mostrar o papel do professor como agente facilitador, e como a Educação Física pode melhorar a relação social, abrindo um leque de oportunidades para uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Síndrome de Down, inclusão, ensino, educação física escolar.

1. INTRODUÇÃO

A síndrome de Down (SD) é uma condição genética, reconhecida há mais de um século por John Langdon Down, que constitui uma das causas mais frequentes

¹ Especialista em Condicionamento Físico e Saúde no Envelhecimento pela UNESA; Mestrando em Educação Física pela UFPE; Prof. do Dep. Educação Física da UNIBRA; E-mail: prof.juanfreire@gmail.com

de deficiência mental (DM), compreendendo cerca de 18% do total de deficientes mentais em instituições especializadas.

Indivíduos com SD têm dificuldade no desenvolvimento de aspectos físicos e cognitivos. De todas as síndromes sendo a mais comum a síndrome de Down é caracterizada como uma alteração na distribuição cromossômica no par de cromossomo 21. Essa alteração no cromossomo 21 faz com que a criança nasça com características específicas, como olhos puxadinhos para cima, implantação mais baixa das orelhas, e língua grande. Como a síndrome de Down é uma mutação genética, ela não tem cura, ainda não existe nenhum tratamento específico para a síndrome (Andrade, Fornari, 2017).

Além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer na criança com síndrome de Down como a cardiopatia congênita, hipotonia muscular, problemas de audição, de visão, alterações na coluna cervical, distúrbios da tireóide, obesidade e envelhecimento precoce, mas é possível que uma intervenção, ainda na infância com tratamentos e terapias, possam trazer uma melhoria e possivelmente aumentar sua expectativa de vida, já que o corpo da crianças estará exposto a estímulos proposto por métodos imposto pelos profissionais de saúde, métodos esses que são exercícios para fortalecimento muscular e articular, para perda de peso lhes oferecendo uma vida mais ativa e saudável e de forma que eles se interessem e se sintam acolhidos no meio social. (Moreira, 2000).

Diante de inúmeros debates, polêmicas, entre estudiosos, educadores e especialistas, há quem seja a favor e contra a inclusão de estudantes com algum tipo de deficiência. De acordo com a Lei, a educação é um direito da pessoa com deficiência, assegurando-se a ela uma educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis de modalidade, sendo dever da família, da comunidade escolar e do estado (Art. 27 da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). No parágrafo XV do Art. 28 da mesma lei, incube ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar podendo haver formas lúdicas

no sistema de ensino sendo mais maleável e fácil de o aluno aprender de forma divertida e que ele não se sinta sobrecarregado (Guimarães, Silva e Rocha 2013).

Dito isto, a Educação Física apresenta-se como um ótimo desenvolvedor de habilidades físicas, motoras, cognitivas, afetivas, sociais. Podendo contribuir para a inclusão de crianças com necessidades específicas na escola, inclusive de estudantes com síndrome de Down, desenvolvendo habilidades físicas, motoras, cognitivas, afetivas, sociais. Contribuindo para a inclusão de crianças com necessidades específicas na escola, inclusive de estudantes com síndrome de Down (Fenesi, Bárbara, 2022).

A educação física adaptada consegue dar estímulo através das atividades físicas como dança, esporte e recreação assim colaborando no desenvolvimento do indivíduo da (SD). A educação física tem um papel importantíssimo na medida que pode estruturar um ambiente adequado para o indivíduo, o trabalho deve ser feito com atenção, paciência e dedicação, com isso cabe ao profissional de educação física, conhecer a história e os problemas da individualidade de cada aluno (Fenesi, Bárbara, 2022).

Assim com grande funcionalidade no crescimento e desenvolvimento desses indivíduos com SD de acordo com o estudo de Andrade (2017), a Educação Física escolar para crianças com SD têm uma capacidade de resultados de desenvolvimento motor e cognitivo com benefícios de independência para toda a vida, além de fortalecer os ossos e articulações, já que seu desenvolvimento físico e mental são mais lentos que outras crianças da sua idade, por isso precisamos que na prática, com indivíduos de SD, é importante acreditar mais no potencial e sempre melhorar os estímulos para que suas limitações não seja um problema. A Educação Física escolar estando presente na vida do estudante com SD a partir da infância, faz com que em sua adolescência não tenha uma baixa autoestima nem depressão, já que é comum nessa faixa etária, e existem outras relações positivas entre atividade física, funcionamento cerebral e desempenho cognitivo ao longo da vida.

A adolescência é caracterizada por aumentos na densidade substancial branca de todo cérebro, o que suporta o fluxo suave de informações. Há também uma diminuição na densidade da massa cinzenta. A Educação Física tem efeitos

diretos e imediatos no cérebro do adolescente, incluindo a elevação do fluxo sanguíneo cerebral médio e o aumento dos níveis plasmáticos dos principais neurotransmissores relacionados ao aumento da excitação, todos os quais podem apoiar o funcionamento cognitivo aprimorado (Fenesi, Bárbara, 2022).

Os benefícios neurocognitivos que a atividade física traz com sua prática escolar no ensino médio faz com que o adolescente com SD tenha mais capacidade para o mercado de trabalho, também resultando em benefícios psicoemocionais com a prática de atividade física no ensino médio, fazendo com que tenham menos ansiedade, depressão, e entre outros distúrbios relacionados ao humor. A atividade física praticada, e seus conhecimentos adquiridos desde a escola durante a infância e a adolescência do indivíduo com SD faz com que seu autoconhecimento seja mais sólido e conseqüentemente melhora sua autoconfiança e autoestima.

Mesmo a prática de Educação Física escolar proporcionando toda essa mudança na qualidade de vida de acordo com a pesquisa de Bárbara Fenesi (2022), os níveis de atividade física diminuem à medida que as crianças atingem a adolescência, com crianças de 6 a 11 anos gastando aproximadamente 88 minutos por dia em atividade física moderada a vigorosa, em comparação com apenas 33 minutos por dia para crianças de 12 a 15 anos e 26 minutos por dia para jovens de 16 a 19 anos. Esses números estão muito abaixo das diretrizes de comportamento e movimento de 24 horas da OMS (Organização Mundial da Saúde) que recomenda 60 minutos por dia de atividade física moderada a vigorosa (Fenesi, Barbara, 2022).

A importância da educação física escolar para pessoas com síndrome de Down (SD), é fazer com que seja cada vez mais fácil e natural sua interação verbal e corporal socialmente, mostrando sua capacidade e independência diária, fazendo com que eles se sintam tão capazes quanto os outros indivíduos, facilitando em atividades diárias e no seu crescimento durante a vida sendo mais ativo e saudável (Andrade, Fornari, 2017).

Dito isto, este estudo buscou analisar a influência da educação física escolar na inclusão da criança com síndrome de Down (SD). Desenvolver ideias para incluir crianças e adolescentes com SD com o auxílio da educação física. Incluir e melhorar a convivência de crianças e adolescentes com SD no âmbito escolar.

O ímpeto pelo tema surgiu com o interesse de mostrar que a Educação Física é de extrema importância para a formação de crianças com Síndrome de Down, a forma como um Professor de Educação física trabalha na sala de aula, pode despertar um grande interesse em aprender, melhorando a concentração e a absorção de conteúdos, mostrando de fato o quanto a disciplina é importante no currículo escolar. Segundo o site da FBASD - Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1 em cada 700 nascidos ocorre o caso de trissomia do cromossomo 21, totalizando um número em torno de 300 mil pessoas com Síndrome de Down.

Diante desse dado, no contexto escolar, existe ainda a discriminação e rejeição, além do medo por parte da família, do preconceito. A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento, não podemos excluir crianças e adolescentes com SD, existe uma luta para a inclusão nas escolas como no mercado de trabalho, e é papel do professor como mediador facilitar o processo, e a Educação física pode oferecer uma estruturação de um ambiente adequado as característica e necessidades de crianças e jovens com Síndrome de Down, podendo aumentar as oportunidades de seu desenvolvimento para toda a vida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Síndrome de Down

A síndrome de Down é uma mutação genética do tipo numérica. Existem mutações estruturais, que são aquelas que ocorrem alterações na estrutura do cromossomo, e existem também as numéricas que são as que ocorrem mudanças na quantidade de cromossomos no cariótipo. É possível que ocorra um fenômeno chamado de duplicação de partes do cromossomo 21, podendo causar Síndrome de Down leve, não tão severa. Quando se tem um erro na hora da separação dos cromossomos na etapa da anáfase, podendo acontecer tanto na mitose como na meiose, em nosso caso, ocorre na meiose, pois é onde acontece o processo de formação de gametas, vamos ter uma célula haploide com 24 cromossomos e não com 23 que é o que acontece normalmente nos seres humanos. Na fecundação, existe a união dos dois gametas, sendo um masculino e o outro feminino, resultando

numa célula diplóide com 46 cromossomos, que é o zigoto, no caso da Síndrome de Down vamos ter 47 cromossomos, pois acontece a trissomia do cromossomo 21. Vale ressaltar que as mutações são responsáveis pela variabilidade genética (Lopes, Sônia, 2008).

Apesar de diferentes denominações ao longo do tempo, a denominação Síndrome de Down foi oficialmente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a partir de 1965. A alteração genética da SD acontece de três maneiras diferentes: trissomia do cromossomo 21 simples, translocação cromossômica e mosaïcismo. A trissomia do 21 simples ocorre em 95% dos casos, é a que acontece na meiose e é caracterizada pelo cromossomo extra no par 21 do cariótipo humano. A translocação cromossômica, como foi citado antes, é quando ocorre a duplicação nas partes do cromossomo 21, acarretando um ganho de material genético, ocorrendo de 3% a 4% dos casos. Por último e mais raro, ocorrendo em 1% a 2% dos casos, o mosaïcismo caracteriza-se pela presença de duas linhagens celulares, uma com 46 cromossomos e outra trissômica, com 47 cromossomos (Coelho, Charlotte, 2016).

2.2 Educação Inclusiva

Uma observação bem importante quando falamos de inclusão é que o tema se insere num contexto de ampliação de acesso da população à escola básica, de alunos não só da Educação Especial, mas também de alunos que por algum motivo, ficam excluídos, como por questões raciais, de crenças religiosas, de gênero, entre outras. Sabemos que o “diferente” ou “anormal”, sempre foi visto historicamente de forma depreciativa, os grupos sociais tendiam para um tipo de homogeneização que tinham como critérios as próprias condutas que eram consideravelmente aceitáveis entre seus próprios membros, e ainda hoje podemos ver de alguma forma que a diversidade humana é considerada ainda como uma aberração, e tais características, que são passíveis de exclusão do convívio social. Na década de 60 e 70, com o início dos movimentos em prol dos direitos das minorias sociais, as pessoas com deficiências, assim como outros grupos, passaram a ter mais visibilidade na sociedade, as escolas começaram a se preocupar com essa parcela

da população e foi nessa época que a Educação Especial foi institucionalizada, surgindo as primeiras iniciativas do sistema educacional público para garantir acesso a escola, a criação no Ministério da Educação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que mais tarde em 1986 seria transformado em Secretaria de Educação Especial - SEESP e extinta em 2010, passando a integrar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, (Mascaro, 2013).

O modelo segregado da Educação Especial foi fortemente questionado, pois no Art 208 da Constituição Federal de 1988 fala no seu inciso III que é dever do Estado garantir um atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Houve sim um aperfeiçoamento de novas técnicas e métodos que permitiu mudanças positivas, mas nesse contexto, apesar dos avanços, a Educação Especial funcionava como um serviço paralelo, com os profissionais próprios, distanciados da realidade da escola comum, (Mascaro, 2013).

Vale ressaltar que apesar de tudo, os recursos e métodos proveram maiores condições de adaptação social, ajudando na integração e participação ativa na vida social. Hoje, podemos ver um cenário educacional a proposta de Educação Inclusiva forte, mundialmente falando, agências como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO) , como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que trazem estratégias que tem como princípios quebrar com o padrão absoluto, tentando garantir um lugar de equiparação de oportunidades para todos, independentemente de cor, raça, classe social, sexo, deficiência, com principal intuito de produzir respeito e aceitação a diferenças, (Mascaro, 2013).

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Foi realizado um estudo de natureza qualitativa, já que a pretensão não é de quantificar os dados, mas analisá-los os sentidos e significados. Conforme Minayo (2010) a pesquisa qualitativa:

Se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001).

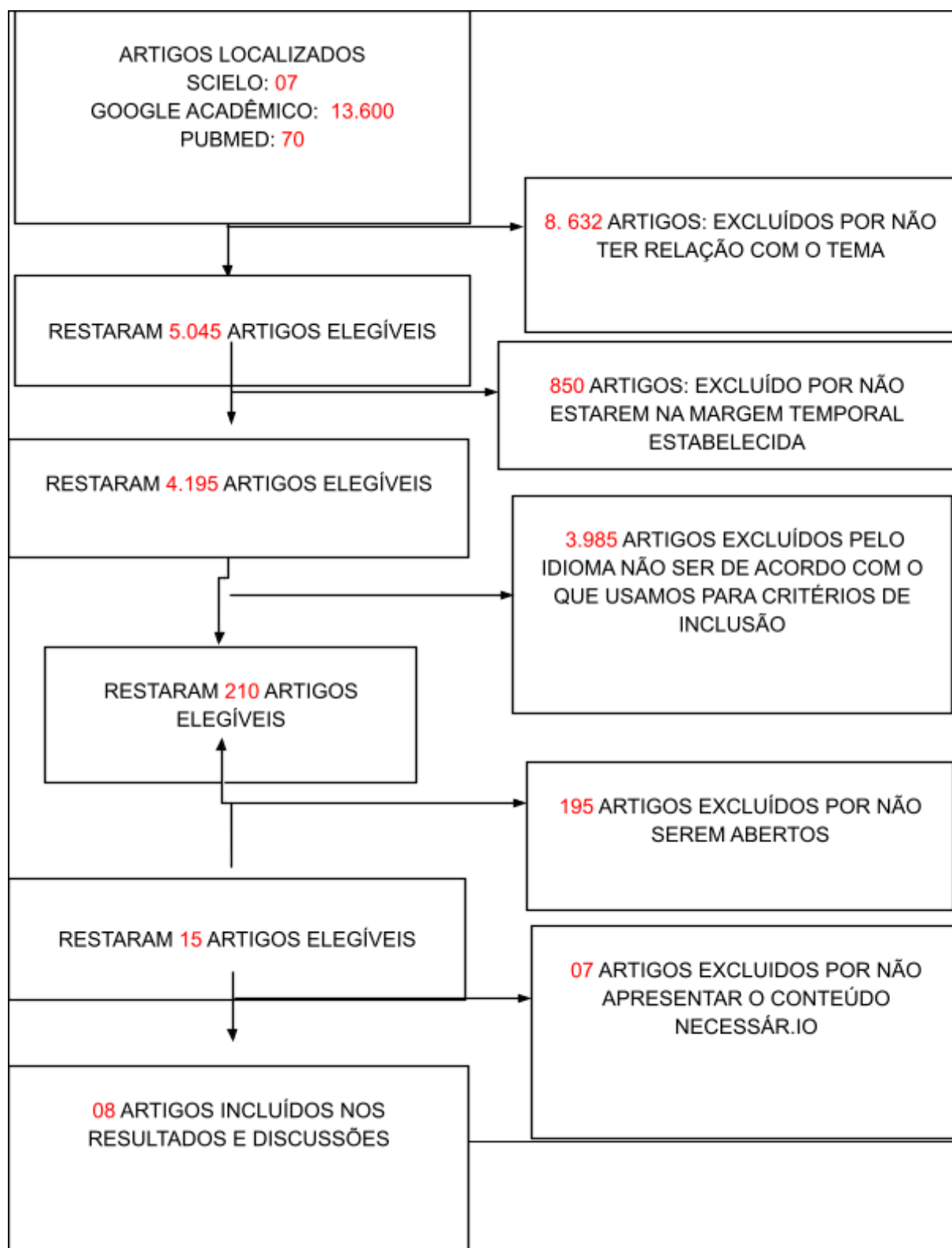
Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para identificar estudos que tratam do tema investigado. Esse tipo de pesquisa é elaborado por meio de trabalhos já executados por outros autores, cujos interesses conferidos eram os mesmos. Gil (2010) aponta as suas vantagens afirmando que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (Gil, 2010).

Para conhecer a produção do conhecimento acerca da inclusão de jovens e crianças com Síndrome de Down no ensino escolar, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas do PubMed e Google Acadêmico. Como descritores para tal busca, foram utilizados: “Síndrome de Down”, “Educação física escolar” e “Inclusão”, e os operadores booleanos para interligação entre eles foram: AND e OR.

Os critérios de inclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos publicados dentro do recorte temporal de 2000 a 2023; 2) estudos com conteúdo dentro da temática estabelecida; 3) artigos na Língua Portuguesa; 4) artigos originais; 5) Artigos com textos completos e gratuitos.

Figura 1 Fluxograma de busca dos trabalho



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos.

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
Azevedo C.C. <i>et al.</i> (2012)	Orientar os educadores para o desenvolvimento fonológico em crianças com SD, para facilitar a alfabetização e contribuir para a inclusão.	Pesquisa qualitativa.	crianças a partir dos 06 seis anos.	Orientação aos educadores sobre a importância da consciência fonológica. Estimulação constante de crianças com necessidades especiais por meio de uma equipe interdisciplinar, cada profissional atuando com objetivos diferentes no processo.	Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca, em que se assenta a vida social.
Luiz, F. M. R.; Nascimento, L. C. (2012)	Explorar as experiências de famílias no processo de inclusão de crianças com síndrome de Down na rede regular de ensino. O objetivo foi conhecer as potencialidades e limitações vividas por essa	Estudo de casos múltiplos, de natureza qualitativa.	11 onze mães e um pai de crianças com SD, totalizando doze 12 participantes.	Foi feito um estudo com famílias que fazem parte do processo de inclusão das crianças com SD na rede regular de ensino. Com o objetivo de conhecer a potencialidades e	Um bom conhecimento das experiências das famílias de crianças com Síndrome de Down, principalmente no momento da primeira inclusão da criança na rede regular de ensino. Os resultados também

	<p>clientela, no período de transição da instituição especializada para a escola regular e, assim, levantar as necessidades de cuidado, com vistas à promoção de saúde dessas famílias.</p>			<p>limitações vivenciada por essas crianças e suas famílias.</p>	<p>confirmaram a necessidade de um trabalho contínuo que os familiares necessitam, mesmo depois do trabalho da instituição.</p>
<p>Anhão, P.P.G. <i>et al.</i> (2010)</p>	<p>Verificar e analisar a interação social de crianças com Síndrome de Down e crianças com desenvolvimento típico, na rede regular de educação infantil.</p>	<p>Pesquisa qualitativa.</p>	<p>6 crianças com Síndrome de Down, na faixa etária de três a seis anos, 6 crianças com desenvolvimento típico, também na faixa etária de três a seis anos.</p>	<p>Foi analisado a interação social das crianças com SD juntos com outras crianças que tem o convívio típico na educação infantil.</p>	<p>Crianças com SD revelam, um déficit nas habilidades sociais assertivas, ou seja, aquelas que dependem de uma maior iniciativa, e desenvolvem melhor as habilidades sociais passivas, ou seja, aquelas em que a atuação do meio é determinante.</p>
<p>Fernandes, F. <i>et al.</i> (2016)</p>	<p>Investigar e analisar as dificuldades do professor de Educação Física em dar aulas para um aluno com Síndrome de Down, as dificuldades deste aluno em participar das mesmas, aprofundar o</p>	<p>Estudo qualitativo</p>	<p>Crianças de 0 a 12 anos de idade.</p>	<p>Foi investigado e analisado as dificuldades do professor de educação física em dar aula para alunos que precisam de inclusão como as crianças com SD, as</p>	<p>Concluiu-se que os professores das instituições pesquisadas não estão preparados para lidar com um planejamento voltado para um estudante com SD. A pesquisa mostrou também uma comodidade dos</p>

	conhecimento sobre a Síndrome de Down, para verificar a importância da inclusão das crianças com esta Síndrome.			dificuldades tanto no cotidiano como em atividades mais elaboradas.	professores de educação física em só fazer o básico e fácil e também a dificuldade por outro lado do professor que quer inovar mas com a ausência de uma formação continuada não consegue.
Albuquerque, A. dos A.G. <i>et al.</i> (2017)	Analisar de que modo a área da Educação Física Escolar está promovendo a inclusão de crianças e adolescentes com síndrome de Down (SD), bem como o contexto familiar em um caso específico.	Estudo qualitativo	O estudo foi realizado em uma escola municipal de ensino infantil e fundamental de Fortaleza, Ceará. A escola conta com 58 funcionários e 653 alunos, sendo um aluno com SD.	Foi realizado estudos através de entrevistas em escolas municipais do ensino infantil.	A disciplina de Educação Física escolar tem papel fundamental na inclusão do aluno com deficiência por ser o ambiente onde a prática esportiva adaptada trabalha o potencial residual do aluno, desta forma, a sensação de conseguir realizar algo com eficiência, proporciona uma série de benefícios.
Tanure Alves, M. L. <i>et al.</i> (2017)	Observação da realidade de uma criança com SD nas aulas de educação física.	Estudo de caso	Um estudante com SD, com 9 anos de idade.	Observações de forma direta e não participante de aulas de Educação física que ocorriam 2 dias na semana com	Nos aspectos, atividades, relações pessoais e ambiente. Respectivamente, o aluno com SD não demonstrou dificuldade para compreensão e

				duração de 50 minutos.	execução das atividades, não apresentou queixas ou qualquer reclamação. Demonstrou interesse em participar em todas as atividades, apresentou um número reduzido de interações com os colegas, não foram observados quaisquer dificuldades de locomoção e utilização do espaço.
Pereira, Érika P. O. <i>at al.</i> (2023)	Investigar a visão que as mães de alunos com SD tem em relação a inclusão de seus filhos nas aulas de educação física	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório	11 mães de estudantes com Síndrome de Down matriculados na rede de ensino público.	Coleta de dados, através de um questionário online, contendo 8 perguntas abertas.	Existe uma grande dificuldade dos professores de educação física de incluir estudantes com SD nas aulas.
Palmeira, Lívia Maria Cesário; SILVA, Fabio José Antonio da. (2021)	Analisar pontos positivos que são desencadeados pela dança na escola, como desenvolvimento corporal, cognitivo, social e afetivo, principalmente em crianças com Síndrome de Down.	Pesquisa qualitativa	Crianças com Síndrome de Down no ensino regular.	Introdução de exercícios de danças aos poucos pelo professor, novos elementos, repetições simples, variações de combinações, de acordo com o desenvolvimento do aluno.	Uma grande carência de estudo e pesquisas na área da dança, voltadas para crianças com Síndrome de Down.

No estudo de Azevedo *et al.* (2012) traz como objetivos, estratégias que procuram orientar o educador dentro da sala de aula, visando desenvolver objetivamente a consciência fonológica em crianças com SD com o intuito de facilitar a alfabetização das mesmas, contribuindo então para a inclusão escolar. O texto cita o artigo 5º da Constituição Federal, dos direitos fundamentais, em que a norma fala sobre o direito de igualdade perante a lei sem nenhuma distinção de qualquer natureza, falando sobre o direito à Educação, e colocando em perspectiva o conceito de educação inclusiva, comparando o que está previsto em lei com o que de fato acontece na prática. Segundo os autores, a consciência fonológica é a consciência dos sons que fazem parte das palavras que falamos e ouvimos, considerada uma habilidade metalinguística de extrema importância no processo de alfabetização e crianças com SD apresentam aspectos linguísticos mais comprometidos que outros aspectos do desenvolvimento, então é questionado o que de fato as escolas hoje têm feito, se é inclusão ou simplesmente uma integração dessas crianças. Estudos vêm aumentando sobre o treino explícito de consciência fonológica e que podem produzir efeitos positivos quanto à habilidade de leitura de crianças com ou sem dificuldades de linguagens, incluindo crianças com Síndrome de Down. O estímulo constante de crianças com necessidades especiais requer uma equipe composta por professores, psicopedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, cada profissional com um objetivo diferente, mas com um objetivo comum de alfabetização.

Segundo o relato de pesquisa de Luiz, F. M. R. *et al.* (2012) , a inclusão escolar é uma prática cada vez mais frequente nos países. Em um município do interior de paulista, um grupo de pais preocupados com a escolarização e o atendimentos de seus filhos, junto com a Secretaria da Educação e a Associação de Pais e Amigos, desenvolve um programa que atende crianças com necessidades especiais de até quatro anos, que apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, contando com um trabalho de equipe multidisciplinar composta por fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogas, psicóloga e pedagogas.

A maioria das crianças tem SD, e o principal objetivo dessa equipe é um preparo das mesmas, antes de encaminhá-las para a rede regular de ensino. O estudo contou com a participação de 11 mães e um pai de crianças com SD, totalizando 12 participantes. Os familiares entram na APAE logo após o nascimento

da criança, uma faixa de 2 a 7 meses e depois a preparação são encaminhadas para as Escolas Municipais de Educação Infantil, antes desse encaminhamento, às crianças e os familiares passam um acompanhamento em grupo por psicólogos. É um grande diferencial para essas mães e pais, pois faz com eles se sintam acolhidos e mais seguros em decidir o momento certo para inclusão, para a seleção da escola.

O estudo permitiu um conhecimento melhor das experiências de familiares com crianças com SD, principalmente as relacionadas à primeira inclusão da criança na rede regular de ensino, e mesmo após o trabalho da instituição em relação ao processo, os familiares não se sentiram preparados, começaram a mostrar preocupações com rejeições e preconceitos na futura escola, questionando se era realmente a hora certa, se as outras crianças não iriam judiar de seus filhos, e uma das maiores preocupações, também era como pagariam uma fonoaudióloga ou uma psicóloga, como continuariam com os atendimentos especializados. Os resultados confirmaram a necessidade de um trabalho contínuo com os pais, mães ou outros familiares, e não somente no período que estão frequentando a instituição.

Na pesquisa de Anhão, P.P.G. *at al.* (2010), tem um objetivo de analisar a interação social da criança com SD com outras crianças na rede regular de ensino de Educação Infantil de um município do estado de São Paulo. Houveram a participação de 6 crianças com SD (grupo de estudo), com faixa etária de três a seis anos de idade e mais 6 crianças com desenvolvimento típico da mesma turma, com a mesma faixa etária (grupo comparado). Foram feitas coletas de dados em Escolas Municipais de Educação Infantil, através de filmagens em sala restrita ou ambiente externo, 4 sessões de 15 minutos para cada criança nos dois ambientes, as filmagens foram realizadas em dias diferentes para ter uma abordagem mais ampla de cada participante, os dados coletados foram analisados comparando os grupos qualitativamente e quantitativamente. Nas observações das filmagens, todas as vezes que aparecia um dos comportamentos como: Interações com crianças ou adultos, verbais ou não verbais, disputas, brigas, sorrisos, choros, brincar com os mesmos objetos, cantar, ficar sozinho, imitar outra criança ou um adulto, a pesquisadora sinalizava com um X no espaço correspondente, sem contar que os testes foram realizados nos dois ambientes, a sala e o ambiente externo. Os resultados, de maneira geral, não mostram diferenças significativas entre os comportamentos

apresentados pelo grupo de estudo e pelo grupo comparado, exceto em dois momentos específicos. No primeiro momento, houve diferença no grupo de estudo, crianças com SD, resultando numa maior quantidade do comportamento, imitar outra(s) criança(s), no ambiente externo. No segundo momento, houve diferença também no grupo de estudo, crianças com SD, apresentaram um menor número do comportamento, estabelecer contato inicial com outra pessoa, também no ambiente externo.

O trabalho de Fernandes, F. *at al* (2016), é referente a estudos realizados sobre as dificuldades de um professor de Educação Física em trabalhar com crianças com Síndrome de Down, tendo como principal objetivo esclarecer estas dificuldades que os professores enfrentam. Foram realizados questionários impressos, em que responderam, professores de Educação Física, pedagogos e alunos da rede regular de ensino da cidade de São Mateus no estado do Espírito Santos. Como resultado, de acordo com as respostas obtidas nos questionários, os professores dizem não serem ou não estarem preparados para lidar com um planejamento que visem a inclusão de estudantes com SD, ainda os professores afirmam que por não planejarem, não possui objetivos específicos, pois para os mesmos, suas aulas são apenas de para fins recreativo. Segundo as pedagogas, elas dão auxílio ao professor em relação aos estudantes com SD e sempre conversam com os familiares sobre o desenvolvimento do aluno. Por fim , foi verificado que de acordo com os questionários, falta informação ou formação dos professores diante de seus alunos com SD.

Nos estudos de Albuquerque, A. dos A.G. *at al*. (2017) o termo inclusão escolar é abordado de forma mais ampla, alcançando o mercado de trabalho, e traz como objetivo a realização de uma análise, para saber de que forma a educação física escolar está promovendo a inclusão de crianças e adolescentes com SD. O estudo foi realizado em Fortaleza, em uma escola municipal de ensino infantil e fundamental, dentre os 653 estudantes e 58 funcionários, temos um estudante com SD. A escola conta com dois professores de Educação Física , sendo um com especialização em Grupos especiais, composto por uma amostragem, o estudante com SD e a sua mãe foram entrevistados, depois da pesquisa foram realizadas análises e interpretação dos dados, sistematizando as informações relevantes para o objetivo. Segundo o autor, a inserção de pessoas com necessidades especiais em

escolas de ensino regular permite que os professores e os alunos também se desenvolvam, aprendam a respeitar e conviver com pessoas diferentes.

Os resultados do trabalho foram expostos tanto no âmbito familiar como na Educação Física Inclusiva. No âmbito familiar foi percebido que é formada por mais pessoas que influenciam na atenção e no cuidado com a criança com SD, oferecendo suporte afetivo, moral, educacional, sendo considerado também, além de traços genéticos, vizinhos, amigos e outros formadores do ciclo social familiar, que de maneira geral, reconhecem a importância do cuidar. Já no âmbito da Educação Física Inclusiva, o autor fala o quanto é comum encontrar pessoas com necessidades especiais em escolas regulares, depois da aprovação de uma legislação específica que estabeleceu o acesso e permanência nas escolas. A Educação Física quando bem aplicada, desenvolve o processo educativo como um todo, sendo uma excelente forma de inclusão, então a mesma como inclusiva é capaz de possibilitar ao aluno o conhecimento de suas limitações, como também como suas potencialidades, servindo de auxílio para adaptação social.

No estudo de TANURE ALVES, M. L. *et al.* (2017), o artigo traz como objetivo a observação da realidade de uma criança com SD nas aulas de educação física escolar, identificando obstáculos e facilidade. É uma pesquisa de um estudo de caso, submetido e aprovado pelo comitê de ética da UNICAMP. Foi feita uma observação das aulas de educação física durante um ano letivo com 33 estudantes da terceira série, sendo 20 meninos e 13 meninas, dentre os meninos tendo um estudante com SD, com 9 anos de idade. O pesquisador realizou observações de forma direta e não participante de aulas de Educação Física que ocorriam 2 dias na semana com duração de 50 minutos, com objetivo principal o estudante com SD. O contexto das aulas foi observado por 3 aspectos: 1 – compreensão e execução das atividades propostas; 2 – relação com os colegas e a professoras; 3 – relação com o ambiente de aula. A observação seguiu um roteiro pré-estruturado com três categorias, atividades, relações pessoais e ambiente. Durante a observação das aulas o comportamento do estudante com SD era classificado e registrado.

O artigo traz um resultado para cada aspectos observados durante as aulas, que foram atividades, relações pessoais e ambiente. Respectivamente, o aluno com SD não demonstrou dificuldade para compreensão e execução das atividades, não

apresentou queixas ou qualquer reclamação. Demonstrou interesse em participar em todas as atividades, apresentou um número reduzido de interações com os colegas, não foram observados quaisquer dificuldades de locomoção e utilização do espaço. No geral o artigo traz que os resultados demonstram que o objetivo inclusivo foi atingido parcialmente.

No trabalho de Pereira, Érika P. O. *et al.* (2023), foi realizada uma pesquisa com 11 mães de estudantes com SD, que primeiramente, tinham seu filho matriculado na rede de ensino público de Cuiabá-MT e que estivesse assinado o termo consentimento. O objetivo focalizou nas mães que tinham experiências vivenciadas na disciplina de Educação Física adaptada e que de alguma forma estavam insatisfeitas com o processo de inclusão nas aulas. Então, utilizou-se para coleta de dados, um questionário online, com oito perguntas abertas, criado através do formulário do Google Forms, com nome, idade, profissão e questionamento sobre a educação inclusiva e as aulas de educação física. O questionário foi encaminhado via WhatsApp por meio de um link, e todas as mães participantes assinaram o TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido) e foram informadas do sigilo de sua identidade. Fazendo uma análise geral das respostas das mães, algumas falaram que educação inclusiva é seu filho está com as outras crianças, se desenvolvendo na mesma atividade. Outras falaram que não só adianta matricular seus filhos para se sentirem incluídos, é preciso a permanência também e muitas mães, expressaram a opinião de que a educação física seria excelente para seus filhos, pois ajudam no fortalecimento dos músculos e articulações, desenvolvem a interação e também a coordenação motora. Os resultados mostraram que a perspectiva materna revela reflexões sobre a inclusão e a dificuldade que os professores (as) têm em incluir um aluno com deficiência em suas aulas.

Segundo Palmeira, Livia Maria Cesário (2021), traz como objetivo, possibilidades positivas de desenvolvimento corporal, social, cognitivo e afetivo, por meio das aulas de dança na escola. O interesse surgiu da preocupação da capacitação de professores dos professores de educação física e também pela presença cada vez maior de alunos com síndrome de Down no ensino regular, com o intuito de poder adaptar e relacionar atividades físicas nas aulas que melhor se enquadrem com cada estudante. Segundo a autora, escolas justificam a não

inclusão de crianças com alguma necessidade especial à falta de estrutura física e de profissionais capacitados que atendam a especificidade desses alunos. E os mesmos ainda afirmam que a inclusão deve ser encarado de forma mais ampla, deve ir além de matrículas ou da realização de algum ou outro recurso facilitador, como a criação de rampas.

Numa aula de dança, o professor deve introduzir de forma básica a composição da dança , priorizando a exploração dos movimentos, a aula deve ser bem planejada, sendo realizada por partes, numa sequência de ideias e de áreas de movimentos. Relacionando a dança na Educação física e os estudantes com SD na rede regular de ensino, a autora afirma que é papel do profissional de Educação Física saber explorar o potencial da criança com SD, pois a mesma, tem a oportunidade nas aulas de evoluir quanto ao domínio do seu corpo, desenvolvendo suas possibilidades de movimentação, passando por experiências que trabalhe sua criatividade, favorecendo alegria. Conclui-se que existe uma grande carência de estudos na área de dança voltadas para crianças com Síndrome de Down no contexto escolar, cabendo aos próprios profissionais provocar modificações no processo educacional, abandonando o mecanismo tradicional e proporcionar na escola uma educação melhor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, destacou-se a complexidade da Síndrome de Down, uma condição genética que afeta indivíduos de maneira única, exigindo compreensão e apoio adequados. E que a importância da inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação foi enfatizada, visando a necessidade de um ambiente escolar mais acolhedor e igualitário, permeando as infinitas possibilidades de adequação e boa convivência desses alunos no espaço educacional.

A Educação Física foi apresentada como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de habilidades físicas, motoras, cognitivas e sociais em crianças com a Síndrome, salientando que a prática de atividade física na escola não só melhora a qualidade de vida na infância, outrossim, prepara os indivíduos com Síndrome de Down para uma vida mais independente e saudável na adolescência e idade adulta, garantindo qualidade de vida, também no pós contexto escolar.

Reconheceu-se os desafios da inclusão, incluindo preconceito e estigmatização, que ainda existem na sociedade, e a necessidade de superá-los em busca de uma realidade mais justa e igualitária, pois, a diversidade é uma parte fundamental da sociedade. Aceitar e respeitar as diferenças, incluindo as pessoas com Síndrome de Down, enriquece a sociedade e promove um ambiente mais inclusivo. O preconceito e a estigmatização podem limitar as oportunidades para as pessoas com Síndrome de Down, prejudicando seu acesso à educação, emprego e participação social. Superar esses desafios é essencial para garantir oportunidades iguais para todos, vida digna, papéis exercidos fielmente sem que haja desmerecimento e subestimação. Para finalizar, em suma, destaca-se a importância de promover a inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação, bem como, o papel fundamental da Educação Física nesse processo e o compromisso contínuo com uma sociedade mais inclusiva e justa. Paralelo a isso, observou-se uma evolução na abordagem da Educação Especial, indo de um modelo segregado para um modelo inclusivo, alinhado com diretrizes nacionais e internacionais. O conceito de Educação Inclusiva, que visa proporcionar oportunidades iguais a todos, independentemente de suas características individuais, foi destacado como uma meta importante. E como um elo forte, a necessidade de comprometimento de todos os setores da sociedade, incluindo famílias, escolas e profissionais de saúde, foi enfatizada para garantir uma inclusão efetiva, sem rupturas e mais humanizado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. dos AG; JÚNIOR, JARC; CATUNDA, FN; OLIVEIRA, BN de; OLIVEIRA, BN de. Contexto Familiar, educação física escolar e inclusão: trabalhando a Síndrome de Down. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.16, n.1, pág.61-69, 19 jan. 2017.
- ANDRADE, VG; FORNARI, FJ. **A Importância da educação física para crianças portadoras da síndrome de Down**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Educação Física) - Centro Universitário UNIFACVEST, Santa Catarina.
- AZEVEDO, CC de; PINTO, CS; GUERRA, LB. O Desenvolvimento da Consciência Fonológica em Crianças com Síndrome de Down pode facilitar a alfabetização e contribuir para a inclusão no ensino regular? **CEFAC**, [S.l.], v. 14, p. 1057 - 1060, Jan. 2012.
- BEQAJ, S; TËRSHNJAKU, E.E.T; QOROLLI, M; ZIVKOVIC, V. Contribution of Physical and Motor Characteristics to Functional Performance in Children and Adolescents with Down Syndrome: A Preliminary Study. **Medical Science Monitor Pesquisa Básica**, [S.l.], v. 24, p. 159 -167, 2018. DOI 10.12659/MSMBR.910448. Disponível em: <https://basic.medscimonit.com/abstract/index/idArt/910448>. Acessado em: 20 abr. 2023.
- BERTINI JUNIOR, Nestor;TASSONI, E.C.M. A Educação Física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 467-483, Jul./Set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação.**Dia da Síndrome de Down revela evolução da inclusão no Brasil**. [S.l.], Ministério da Educação,[2018?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36255-sindrome-de-down>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- FENESI, B; GRAHAM, J.D; CRICHTON, M ;OGRODNIK,M.; SKINNER, J. Physical Activity In High School Classrooms: A Promising Avenue For Future Research. **International Journal of Environmental Research Public Health**, Canadá, v. 19, n. 2, p. 688. 2022. DOI 10.3390/ijerph19020688. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19020688>. Acessado em: 20 abr. 2023.
- FERNANDES, F; MACIEL, O.F.L; OLIVEIRA, R.B. **A SÍNDROME DE DOWN E AS DIFICULDADES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO**, 2016, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Faculdade Vale do Cricaré, Universidade de São Mateus, Espírito Santos.
- LOPES, Sônia. **Bio**. 2. ed. [S.l.]. Saraiva. 2008. p. 124.
- LUIZ, F. M. R; NASCIMENTO, L.C. Inclusão Escolar de crianças com Síndrome de Down: Experiências Contadas Pela Família. **Revista Brasileira de Educação Especial**. [S.l.], v. 18, n. 1, p. 127 - 140, 2012.

MASCARO, C. A. A. de C. Políticas e Práticas de Inclusão Escolar: Um diálogo necessário. **Revista da Faculdade de Educação**, Mato Grosso, vol. 19, n.1, p. 33-55, jan./jun. 2013.

PALMEIRA, Livia Maria Cesário; SILVA, Fábio José Antônio da. A dança como elemento facilitador na Educação Física escolar para crianças com síndrome de Down. **Educação Pública**, [S. l.], v. 21, nº 43, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/43/a-danca-como-elemento-facilitador-na-educacao-fisica-escolar-para-criancas-com-sindrome-de-down>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PEREIRA, Érika Patricia Oliveira e colaboradores. A participação dos estudantes com síndrome de down nas aulas de educação física escolar: perspectiva das mães. **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 27, p. 1-17, jan./dez. 2023.

Qual é a importância da Educação Física para crianças, jovens e adultos?. **Ginead**, 2022. Disponível em: <https://www.ginead.com.br/blog/qual-e-a-importancia-da-educacao-fisica-para-criancas-jovens-e-adultos>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Síndrome de Down. **Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down**, 2011. Disponível em: <http://federacaodown.org.br/sindrome-de-down/>. Acesso: 20 abr. 2023.

TANURE ALVES, ML; DUARTE, EA participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: Um estudo de caso. **Movimento**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 237–256, 08 ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/26654>. Acesso em: 21 abr. 2023.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares e amigos que tornaram o caminho menos árduo. A Deus, pela saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho. Ao nosso professor orientador Mestre Juan Carlos Freire, pelas correções e ensinamentos e também pela paciência com a qual nos guiou.